



POR UMA CIDADE SENSÍVEL AO DIFERENTE. PENSANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DESDE UMA SIMBIOSE ENTRE DIREITO À CIDADE E DIREITO À DIFERENÇA

For a City Sensitive to What is Different. Thinking About Public Policies from a Symbiosis Between the Right to the City and the Right to Difference

André Leonardo Copetti Santos

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, Ijuí, RS, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5126982210763673> ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1087-1195>

E-mail: andre.leonardo@unijui.edu.br

Doglas Cesar Lucas

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, Ijuí, RS, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1332521470619712> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3703-3052>

E-mail: doglasl@unijui.edu.br

Trabalho enviado em 13 de setembro de 2021 e aceito em 26 de janeiro de 2022



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 14, N.02., 2022, p. 1383-1415.

André Leonardo Copetti Santos e Doglas Cesar Lucas

DOI: [10.12957/rdc.2022.62355](https://doi.org/10.12957/rdc.2022.62355) | ISSN 2317-7721

RESUMO

Este artigo tem como objetivo estabelecer algumas delimitações do direito à cidade, tomando como referência o direito à diferença, visando à reflexão sobre algumas possibilidades políticas de efetivação do direito a uma cidade sensível à diferença. Parte-se da premissa de que o direito à cidade não se constitui como um direito específico, mas, em sentido diverso, resulta de convergência de uma série de direitos cuja efetivação implica a ocupação e o uso do espaço da cidade por diferentes grupos sociais. A questão central abordada no artigo é até que ponto o direito à diferença pode delimitar alguns limites, tanto teórico-conceituais quanto pragmático-interventivos, do direito à cidade. O método utilizado na pesquisa que substancializou o presente trabalho foi o dialético, nos sentidos atribuídos à dialética por Platão e Hegel. De Platão, a dialética como método da divisão; de Hegel, a dialética como síntese dos opostos. Provisoriamente, os resultados da pesquisa apontam para a possibilidade e a necessidade da simbiose entre direito à cidade e direito à diferença, como forma de substancializar um direito à cidade sensível à diferença, apta a garantir a ocupação e o uso do espaço da cidade por todos em suas diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à cidade; delimitação; direito à diferença; simbiose; cidade sensível à diferença.

ABSTRACT

This article aims to establish some boundaries of the right to the city, taking as a reference the right to difference, aiming to reflect on some political possibilities for the realization of the right to a city sensitive to difference. It starts from the premise that the right to the city is not constituted as a specific right, but, in a different sense, results from the convergence of a series of rights whose realization implies the occupation and use of the city's space by different social groups. The central issue addressed in the article is to what extent the right to difference can delimit some limits, both theoretical-conceptual and pragmatic-interventive, of the right to the city. The method used in the research that substantiated the present work was the dialectic, in the senses attributed to dialectics by Plato and Hegel. From Plato, dialectics as a method of division; from Hegel, dialectics as a synthesis of opposites. Provisionally, the research results point to the possibility and need for symbiosis between the right to the city and the right to difference, as a way to substantiate a right to the city sensitive to difference, able to guarantee the occupation and use of the city's space by all in their differences.

KEYWORDS: Right to the city; delimitation; right to difference; symbiosis; city sensitive to difference.



1. INTRODUÇÃO

Desde sua criação por Henry Lefebvre, na década de 60 do século passado, a concepção e a expressão “direito à cidade” vem passando por sucessivas interpretações e construções que, cada vez mais, têm diminuído sua indeterminação conceitual ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, o leque de definições é cada vez maior e mais especificado. Tal é a potencialidade significativa desta ideia, desde sua concepção inicial cunhada a partir de uma formulação que considerava o valor de uso da cidade em contraposição ao seu valor de troca, que não raro surgem novas elaborações em torno desta expressão por pesquisadores dos mais distintos campos temáticos.

Trabalhada fortemente nos âmbitos da geografia, da sociologia, da arquitetura e do urbanismo e em outras áreas com menos intensidade, no Direito ela também encontrou um campo muito fértil de pesquisa e reelaboração, especialmente porque o próprio nome da coisa (direito à cidade) sugere enormes possibilidades de investigação jurídica. Uma certa obrigação para o Direito tem sido, assim, definir de modo mais específico a ideia de direito à cidade, tornando-a mais concreta em termos jurídicos, tanto no campo da dogmática, quanto no da filosofia do direito e da sociologia jurídica. O desenvolvimento das pesquisas acerca deste tema no campo do Direito tem acentuado a vinculação desta expressão com outros direitos mais específicos, sempre de natureza coletiva, que ora significam a proteção de algum bem, ora a garantia de posições socioeconômicas, ambas possibilidades convergindo para a efetivação da ocupação de espaços nos contornos da cidade.

Seguindo uma linha de investigação já sugerida de forma genérica na elaboração inicial de Lefebvre e, em certa medida, também presente no pensamento de Harvey sob a forma de diversificação da participação democrática, nosso trabalho tem como foco, no plano teórico-conceitual, acrescentar uma pedra a mais neste muro da delimitação do direito à cidade a partir de uma aproximação com o direito à diferença, para, posteriormente, no nível pragmático-interventivo, projetar algumas possíveis políticas públicas inclusivas a partir da simbiose entre direito à cidade e direito à diferença.

O método utilizado na pesquisa que substancializou o presente trabalho foi o dialético, num aproveitamento dos sentidos atribuídos à dialética por Platão e Hegel (ABBAGNANO, 2007). De Platão, a dialética como método da divisão; de Hegel, a dialética como síntese dos opostos. A simbiose entre o direito à cidade e o direito à diferença atende, em primeiro lugar, tomando em consideração a dialética platônica, aos dois momentos dos quais ela se compõe: a) o primeiro, que consiste em remeter as coisas dispersas (várias formas próprias do direito à cidade e vários direitos que

materializam o direito à diferença) para uma única ideia (o direito à uma cidade sensível à diferença), e em definir esta ideia de tal modo que possa ser comunicada a todos, num procedimento que considere as hipóteses das ciências particulares (que sempre fazem referência ao múltiplo sensível) como simples ponto de partida para chegar aos princípios, dos quais depois pode-se chegar às conclusões últimas. Esse procedimento que vai dos princípios às conclusões últimas é analisado explicitamente como método da divisão. b) O procedimento da divisão consiste em poder dividir a nova ideia (o direito a uma cidade sensível à diferença) em suas espécies (novos direitos baseados nas diferenças e que possam dar suporte técnico-jurídico à elaboração de novas políticas públicas que garantam a ocupação e o uso dos espaços da cidade por todos os cidadãos nas manifestações de sua diferença). Num famoso trecho de “O Sofista”, Platão enumera as três alternativas fundamentais que o procedimento dialético pode deparar: 1º) que uma única ideia permeie e abarque muitas outras (o direito à cidade compõem-se de muitos outros direitos que lhe dão materialidade, da mesma forma como o direito à diferença é substancializado por muitos outros direitos), que, no entanto, permanecem separadas dela e exteriores umas às outras; 2º) que uma única ideia (o direito a uma cidade sensível à diferença) reduza à unidade muitas outras ideias (os vários direitos que dão consistência de conteúdo ao direito à diferença), na sua totalidade; 3º) que muitas outras ideias permaneçam inteiramente distintas entre si (o direito à cidade sensível à diferença não se confunde com o direito à diferença, mas ao mesmo tempo lhe dá substancialidade e possibilidade de efetivação). De Hegel, a ideia de dialética consistente na “síntese dos opostos por meio da determinação recíproca”, ou, para o objeto do presente artigo, uma síntese (o direito a uma cidade sensível à diferença) de diversidades (o direito à cidade e o direito à diferença em suas múltiplas manifestações e possibilidades simbióticas).

2. ALGUNS CAMINHOS CONCEITUAIS DO DIREITO À CIDADE

A construção de discursos/narrativas sobre a cidade não é nova. A grosso modo, podemos sistematizar esta produção discursiva em uma dupla faceta: teórico-conceitual e prática-reivindicativa.

Desde a Antiguidade são propostas especulações teóricas sobre a cidade. A entrada em crise da questão cosmológica, problema filosófico por excelência da fase inaugural (naturalista) do pensamento grego, desenvolvida pelos naturalistas, físicos ou cosmólogos, deu lugar a uma atenção concentrada no homem e suas virtudes específicas, nascendo assim a problemática moral (fase humanista). As sucessivas modulações deste novo universo temático levaram a sua especificação, que



distinguiu dois novos objetos de observação e ponderação: o homem individualmente e o homem em sociedade. E, assim, nasceu a distinção dos problemas éticos propriamente ditos em relação aos problemas mais propriamente políticos (REALE; ANTISERI, 1990).

Na construção dos objetos de investigação ligados aos problemas políticos, a vida em sociedade e a cidade ocuparam um importante lugar no pensamento das figuras mais ilustres da filosofia helênica. Assim sucedeu-se em “A República” e em “As Leis” de Platão, e na “Política” e na “Ética a Nicômaco” de Aristóteles. Também na Antiguidade, porém desde uma perspectiva teológica, Aurélio Agostinho ou Santo Agostinho teorizou opondo a cidade terrena, aquela daqueles que vivem segundo o homem, com um caráter profano e secular, à cidade de Deus, daqueles que vivem segundo Deus.

Na Modernidade, a cidade voltou a ser um potente objeto de pesquisa e reflexão. Marx e Engels trataram deste tema em algumas de suas obras, ainda que a cidade não é concebida por eles como um objeto particular de análise, mas como uma dimensão presente, real e objetiva no processo de gênese, consolidação e desenvolvimento da sociedade burguesa. Neste sentido, para Marx e Engels (2007) a burguesia submeteu o campo à cidade, criou grandes centros urbanos e aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos. Relacionando a cidade com o processo de produção da riqueza, afirmaram que a burguesia suprimiu cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população; aglomerou as populações; centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos (MARX; ENGELS, 2007, p. 44).

Max Weber foi outro autor que se debruçou sobre a questão da cidade, em sua obra “Die Stadt. A dominação não-legítima: tipologia das cidades” (1966). Nela, o conceito weberiano de cidade indica uma complexidade onde é demonstrado que, para além do conceito econômico, tão essencial para Weber, os conceitos políticos se fazem igualmente importantes, principalmente, quando partimos da perspectiva de autonomia que as cidades europeias ocidentais possuíam, nos contextos analisados pelo sociólogo alemão.

Na segunda metade do século passado, foram elaboradas duas potentes teorizações acerca do direito à cidade, e que, para os propósitos do presente trabalho, merecem ser destacadas não só pelo seu caráter inaugural e referencial acerca deste tema, mas principalmente por relacionarem o direito à cidade com o direito à diferença: Henri Lefebvre, com a sua obra “O Direito à Cidade” e David Harvey, através de “Social Justice and the City” e do artigo “A liberdade da cidade”.

Começamos por Lefebvre, o criador da expressão direito à cidade. A ideia do direito à cidade, desde o primeiro passo de seu desenvolvimento por Lefebvre, no final da década de 60 do século passado, constitui-se de forma multifacetada. Sua abertura de sentido possibilitou que inúmeros autores, escolas e movimentos sociais se apropriassem da expressão e a adequassem a uma multiplicidade de reflexões, investigações, ideias e ações sobre cidades, direitos, cidadania, justiça e democracia. De início, Lefebvre buscou, de uma forma mais ampla, vincular o marxismo à dimensão urbana do capitalismo (KATZNELSON, 1992), onde o “urbano” fornece a epistemologia e a escala para uma nova revolução social e política (LEFEBVRE, 2003; PRIGGE, 2008).

Uma das ideias fundantes da concepção lefebvrea do direito à cidade é a primazia dada ao valor de uso em oposição ao valor de troca. Esta perspectiva deve ser compreendida desde a concepção da cidade como uma *obra*, característica que contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro e do lucro, na direção do comércio e das trocas, na direção dos *produtos*. Com efeito, para Lefebvre, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas, das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a festa que consome improdutivamente (2001, p. 12). Esta construção do valor uso da cidade teve como objetivo fazer frente aos poderosos interesses econômicos da cidade e seu espaço. O destaque no valor do uso deve, assim, ser entendido no contexto da crítica de Lefebvre à vida cotidiana, em que o cotidiano se torna o nível de análise da opressão, bem como uma possibilidade de reinventar a cidade com base nas necessidades e forças criativas das pessoas (2012).

Outro ponto central e incontornável nessa construção de Lefebvre é sua concepção de espaço. A cidade para Lefebvre é holística, estruturada por um contexto físico, mas também pelas relações sociais e pela vida cotidiana (LEFEBVRE, 1991). A noção de espaço de Lefebvre está conectada à vida cotidiana, às relações sociais e à luta política, e é socialmente produzida por meio da vida cotidiana e da luta política (PURCELL, 2008). Lefebvre desafiou o que chamou de “espaço concebido” dos profissionais dentro do “espaço percebido” da vida cotidiana como um local de resistência e luta. Nas palavras do próprio Lefebvre:

O direito à cidade complementado pelo direito à diferença e o direito à informação, deve modificar, concretizar e tornar mais práticos os direitos do cidadão como morador urbano (citadino) e usuário de vários serviços. Afirmaria, por um lado, o direito dos usuários de dar a conhecer suas ideias sobre o espaço e o tempo de suas atividades na área urbana. (1996, p. 34).

Para Lefebvre a cidade é uma obra, ou um trabalho, um lugar onde diferentes pessoas com diferentes ideias participam da luta sobre como será sua cidade. Cidades eram locais públicos de interação social e troca entre pessoas que eram inevitavelmente diferentes (MITCHELL, 2003). Essa

qualidade pública requer heterogeneidade; o espaço físico da cidade garante heterogeneidade e diferença. Para que tais trocas ocorram, o direito de habitar a cidade requer uma luta pela forma da cidade. Portanto, Lefebvre concebeu a cidade como um lugar de simultaneidade e encontro, mas também de direitos que receberam conteúdos por meio da luta (SOJA, 2010). Neste sentido, parece não haver dúvidas de que Lefebvre combinou o direito à cidade com o direito à diferença, concebendo o direito à diferença como forma de desafiar as forças controladoras de homogeneização, fragmentação e desenvolvimento desigual impostas pelo Estado, pelo mercado e pela burocracia.

Uma das facetas mais fortes na construção primordial do direito à cidade é a sua associação a projetos democráticos radicais para as cidades (PURCELL, 2008; GARCIA-CHUECA, 2016), com um destaque dado a abordagens participativas e centrais no usuário para o governo da cidade e à gestão e organização do espaço para combater a exploração capitalista e a governança neoliberal da cidade (PURCELL, 2002; SUGRANYES e MATHIVET, 2011; BELDA- MIQUEL ET AL., 2016). Sob este viés, o direito à cidade é - em geral - um direito à participação nos processos decisórios que são produzidos no espaço urbano, potencializando a capacidade dos moradores urbanos de participarem das decisões relativas à cidade com o objetivo de uma cidade mais inclusiva (PURCELL, 2008). Este direito significa protagonismo dos cidadãos nas decisões que contribuem para a produção do espaço urbano, com um deslocamento da centralidade do lugar de tomada de decisão em direção aos habitantes urbanos e, conseqüentemente, com um distanciamento do Estado. O próprio Lefebvre levou a análise adiante para a autogestão, que é a base para a expressão do direito de ter controle sobre o processo de urbanização (LEFEBVRE, 1966; SOUZA, 2009), que, nos termos propostos por Brenner e Elden (2009), significa uma estrutura institucional participativa e radicalmente descentralizada que não só permite lutas e contradições sociais, mas as incentiva e provoca ativamente. Seguindo uma abordagem dialética presente em Lefebvre, estes processos são inevitavelmente conflituosos, por meio dos quais ocorrem as lutas entre classes/grupos sociais e a democracia direta descentralizada pode ser realizada.

Além do direito de participação “em qualquer decisão que contribua para a produção do espaço urbano”, o direito à cidade significa, também, o direito de apropriação, que “inclui o direito dos habitantes de acessar fisicamente, ocupar e usar o espaço urbano” (PURCELL, 2002, p. 102-103) e acesso aos recursos da cidade para todos os segmentos da população (SCHMID, 2012). Sob a perspectiva da justiça social, o direito à cidade abarca significados de demandas por uma distribuição justa e equitativa dos recursos urbanos. Assim, além de implicar, procedimentalmente, a participação nos processos que produzem o espaço urbano, o direito à cidade tem uma dimensão material que exprime a ideia de acesso e aproveitamento das vantagens da vida na cidade, ou seja, o direito de

obter os tipos de coisas de que se precisa para viver uma vida digna (PURCELL, 2008; SOJA, 2010). Um direito à cidade baseado na justiça social, para Mayer (2012, p. 71), é “um direito à redistribuição, não para todos os humanos, mas para aqueles que dela são privados e precisam”. Assim, o direito à cidade é também um direito à apropriação do espaço urbano, incluindo o direito dos habitantes de acessar fisicamente, ocupar e usar o espaço urbano (LEFEBVRE, 1996), importando em um direito a uma cidade que atenda às necessidades de seus habitantes e à produção de espaços que sustentem uma vida digna e significativa. Lefebvre, neste aspecto, se refere ao direito à habitação e ao direito à moradia como possibilidades do direito à apropriação, defendendo, assim, que

o direito à cidade se manifesta como uma forma superior de direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e a habitar. O direito à obra, à participação e apropriação (claramente distinto da propriedade), está implícito no direito à cidade (LEFEBVRE, 1996, pp. 173-174).

É relevante destacar um outro aspecto da concepção lefebvreana do direito à cidade: seu caráter utópico. Numa visão político-filosófica, Lefebvre, concebendo o direito à cidade como um processo de transformação e luta, não o explorou diretamente como uma política tão radical seria na prática (FERNANDES, 2007). Embora o reconhecimento do direito à cidade tornasse possível essa política radical, a maior parte da literatura sobre o direito à cidade não reconhece que é realmente um resultado indeterminado que pode resultar em maior democracia urbana, ao invés de uma suposição de que os direitos são sempre cumpridos na prática (PURCELL, 2002). Da mesma forma, Marcuse (2009) reconhece que o direito à cidade é uma luta constante que nunca pode ser garantida.

Outra importante teorização sobre o direito à cidade foi construída por David Harvey. Embora reconhecendo o pioneirismo de Lefebvre nos estudos urbanísticos críticos, Harvey tem poucos pontos em comum com o pensador francês. Uma boa forma de compreender a concepção de David Harvey de direito à cidade parte de dois pressupostos: primeiro, o da formulação de uma crítica à concepção liberal-individualista de direitos humanos, especialmente em relação à propriedade privada e à taxa de lucros; e, segundo, o da existência de uma estreita ligação entre desenvolvimento do capitalismo e urbanização.

Sobre esses planos de reflexão, Harvey funda sua ideia de direito à cidade numa perspectiva coletiva, ao dizer, por exemplo, que “há ocasiões em que o ideal dos direitos humanos assume uma forma coletiva, como quando os direitos de trabalhadores, mulheres, *gays* e minorias adquire maior importância” (2014, p. 26), ou quando afirma que

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização (2014, p. 74).

Sob a perspectiva crítica da concepção liberal-individualista dos direitos humanos, para Harvey a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipos de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização (HARVEY, 2014, p. 28). Neste sentido, o direito à cidade demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedade sociais (HARVEY, 2014, p. 32).

Esta visão coletivista do direito à cidade aparece no pensamento de Harvey com inúmeros exemplos de inovações e experimentações com formas coletivas de governança urbana democrática e decisão comunal, tais como: orçamentos participativos, comitês de vizinhos, associações voluntárias, sistemas locais de trocas econômicas ou comunidades sustentáveis. Essas são formas de criação de espaços urbanos comuns, de uma esfera pública de participação democrática (HARVEY, 2014, p. 33).

Para Harvey, o direito à cidade está associado à possibilidade de imaginarmos uma cidade mais inclusiva, mesmo se continuamente fracionada, baseada não apenas em uma ordenação diferente de direitos, mas em práticas político-econômicas. Aos direitos individuais deve ser adicionado o direito de todos a adequadas chances de vida, direito ao suporte elementar, à inclusão, à diferença. É neste sentido, que seguindo a Polanyi, Harvey advoga a necessidade de expandir as esferas da liberdade e dos direitos além do confinamento estreito ao qual o neoliberalismo o reduz. O direito à cidade, nesta perspectiva, não é apenas um direito condicional ao acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas, definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano (2014, p. 33).

Refletindo a partir de uma série de diferenciações que têm se estabelecido nas cidades e suas potencialidades criativas e conflitivas, Harvey as entende como parte integral do turbilhão da cena urbana, tornando as questões de cidadania e dos direitos daí derivados cada vez mais difíceis de definir, no exato momento em que eles se tornam mais vitais de estabelecer frente às forças hostis de mercado e à progressiva vigilância estatal. Para ele, por um lado, tais diferenciações podem gerar

novas e maravilhosas fusões, concluindo, disto, que o direito à diferença é um dos mais preciosos direitos dos cidadãos, pois a cidade sempre foi um lugar de encontro, de diferença e de interação criativa, um lugar onde a desordem tem seus usos e visões, e onde formas culturais e desejos individuais concorrentes se chocam. Mas por outro lado, a diferença pode resultar também em intolerância e segregação, marginalidade e exclusão, quando não em fervorosos confrontos, revelando diferentes noções de direitos, tão reafirmados ou buscados (2013, p. 30) que podem significar diferentes concepções de ocupação da cidade.

Partindo do pressuposto de que a cidade nos faz sob circunstâncias que não escolhemos, de que imergimos numa experiência que já existe, uma pergunta crucial diz respeito ao que devemos fazer para construirmos mundos alternativos possíveis quando a cidade não se conforma aos nossos desejos ou, acrescentaríamos, aos nossos anseios de liberdade e emancipação.

Situando o direito à cidade num espectro de liberdades coletivas, Harvey (2013) entende que a liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados. Assim, reivindicar o direito à cidade para Harvey equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental. O direito à cidade repousa, desta maneira, sobre a possibilidade da libertação popular de formas opressivas de governança; sobre a possibilidade do estabelecimento de formas alternativas de direitos.

Em segundo lugar, quando enfoca a existência de uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização, Harvey aciona uma vertente materialista histórica de seu pensamento para melhor definir o direito à cidade relacionando-o ao controle democrático pelo povo dos processos decisórios. Neste aspecto, para ele, o capitalismo fundamenta-se, tal como proposto por Marx, na eterna busca de mais-valia (lucro). Contudo, para produzir mais-valia, os capitalistas têm de produzir excedentes de produção. Isso significa que o capitalismo está eternamente produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização. A relação inversa também se aplica. O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. A urbanização desempenha um papel particularmente ativo (ao lado de outros fenômenos, como os gastos militares) ao absorver as mercadorias excedentes que os capitalistas não param de produzir em sua busca de mais-valia.

Em sua crítica ao liberalismo, Harvey destaca que o direito à cidade vem caindo nas mãos de interesses privados ou quase privados, sendo que, como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e

econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos.

Contra as investidas neoliberais absolutamente excludentes, constituíram-se inúmeros movimentos sociais ao redor do mundo. Mas e se esses diversos movimentos de oposição se unissem de alguma maneira - agregando-se, por exemplo, em torno da reivindicação do direito à cidade -, quais deveriam ser suas exigências convergentes? A resposta a essa pergunta, segundo Harvey, é bem simples: maior controle democrático sobre a produção e o uso do excedente. Uma vez que o processo de urbanização é um dos principais canais de uso, o direito à cidade se configura pelo estabelecimento do controle democrático sobre a utilização dos excedentes na urbanização. E neste sentido, a criação de espaços urbanos comuns (*commons*), de uma esfera pública de participação democrática ampliada, diversa e plural, parece ser um caminho sem volta para associar o direito à cidade com o direito à diferença. (2013, p. 33).

No Brasil, há importantes autores que maneжaram o conceito do direito à cidade de modo bem específico e distinto. Tavolari (2016), após análise de vários trabalhos de pesquisadores nacionais, destaca que um ponto comum entre todos os textos, sejam eles de intervenção ou acadêmicos, é a afirmação de que o direito à cidade não se restringe a reivindicações imediatas dos movimentos por direitos ou serviços urbanos específicos — ele seria o conjunto dessas demandas, apontaria para outras noções como as de democracia, cidadania e autonomia, seria elemento constitutivo da formação de uma consciência ou experiência compartilhada pelos movimentos sociais. Também mostra que, nesse momento, “direito à cidade” não é uma categoria nativa, ou seja, não é mobilizado por quem protesta. É muito mais uma tentativa de organizar lutas fragmentadas num denominador comum, de ampliar pautas específicas para um contexto mais abrangente com objetivos políticos não imediatos, de dar um sentido à apropriação dos espaços da cidade e das lutas por direitos, na tentativa de traduzir mudanças na cultura política dos movimentos sociais urbanos. E, sobretudo, é utilizado como categoria para compreender a emergência desses movimentos.

No grupo de pesquisadores nacionais que trabalharam sobre o direito à cidade destacamos alguns, sem a pretensão de esgotar esta nominata ou, ao priorizar alguns, menosprezar intelectualmente outras construções aqui não abordadas. O primeiro destaque damos a Maricato que trabalha o direito à cidade associado ao direito à terra e o direito à cidade vinculado à efetivação da cidadania. Ela defende a necessidade de “ampliar a consciência” do direito à terra para “construir a consciência” do direito à cidade, como forma de dar uma nova qualidade às reivindicações populares (1985). Ampliando sua reflexão sobre o direito à cidade, especialmente se considerarmos sua visão



específica anterior, que o associava à luta pelo direito à terra, a reflexão de Maricato é desenvolvida no sentido de pensar como a cidade é produzida de maneira desigual. Nas palavras dela própria: “Na cidade não queremos só terra, nós queremos o direito à cidadania, à vida na cidade”, demanda claramente vinculada à noção de festa de Lefebvre (1987, p. 43).

Outro importante pesquisador que trabalha com esta perspectiva mais ampla ligando a definição de direito à cidade à ideia de cidadania é Jacobi. A seguinte passagem expressa bem esta interpretação do direito à cidade do autor:

Todas as pessoas que vivem na cidade são cidadãos? Não é bem assim. Na verdade, todos têm direito à cidade e têm direito de se assumirem com cidadãos. Mas, na prática, da maneira como as modernas cidades crescem e se desenvolvem, o que ocorre é uma urbanização desurbanizada. [...] Direito à cidade quer dizer direito à vida urbana, à habitação, à dignidade. É pensar a cidade como um espaço de usufruto do cotidiano, como um lugar de encontro e não de desencontro (1986, p. 22).

Jacobi ainda associa o direito à cidade à democracia, ao referir que “O direito à cidade representa, acima de tudo, pensar uma cidade democrática, uma cidade que rompa as suas amarras com o passado” (1986, p. 23).

Seguindo a lógica da gênese do conceito de direito à cidade como proposto por Lefebvre, os trabalhos destes autores acentuam aproximações teórico-conceituais e prático-reinvidicativas, conforme aponta Tavolari (2016). Em primeiro lugar, são artigos situacionais, conjunturais, de intervenção, dirigidos a orientar lutas de movimentos sociais cujas demandas são localizadas no espaço geopolítico da cidade. Maricato, por exemplo, propõe o alargamento de uma demanda já existente, o direito à terra, vinculada à bandeira da reforma agrária e às ocupações de terrenos vazios nas grandes cidades. Por sua vez, Jacobi relaciona o direito à cidade a um leque de aspirações mais amplo: uma cidade democrática, em que os encontros são possíveis e as relações de poder são desafiadas, em que o cotidiano pode ser transformado. O direito à cidade é colocado no registro da demanda por algo “a mais”: não só à casa ou à terra, não só à cidade que existe. Para ambos, a segregação urbana *destitui* a população de direitos: o direito à cidade é pressuposto como universal — “Todos têm direito à cidade”, diz Jacobi —, mas a cidade representa sua negação no plano dos fatos. Com uma perspectiva muito próxima a de Jacobi, Ribeiro (1986), trabalha sobre o papel da acumulação urbana na estruturação das nossas cidades, sobretudo sobre os efeitos que produz na determinação das condições urbanas de vida que marcam a reprodução das classes e camadas sociais.

Também com um ângulo – conceitual e interventivo - muito próximo aos trabalhos de Maricato e Jacobi, especialmente deste último, o arquiteto e pesquisador Nabil Bonduki (1986) pensa o direito à cidade para delimitar períodos das lutas dos movimentos sociais urbanos em São Paulo. O âmbito fenomênico da análise de Bonduki pode ser dividido temporalmente em dois períodos: um primeiro, entre 1945 e 1947, no qual ressalta que a aglutinação de demandas das periferias por melhorias de infraestrutura nos bairros pobres, direcionadas principalmente ao poder público, marcaria a origem da “formação de uma *consciência* do direito à cidade — ou seja, aos equipamentos urbanos (água, luz, transportes, pavimentação, escolas etc.)”; e um segundo período de análise - pós-1964 – em que as demandas para suprir a ausência de serviços de necessidade básica não são deixadas de lado, mas estariam vinculadas a questões mais abrangentes e conceituais-fundantes da sociedade brasileira, como a cidadania e a democracia. Nas palavras do próprio autor, um destaque a este segundo período:

A questão da ausência da cidadania emerge, neste período, articulando a cassação dos direitos políticos com a negação do direito à cidade; confere-se, assim, às lutas urbanas um caráter mais amplo de busca da cidadania e pela democracia política e social (1986, p. 46).

Ressaltando o processo de gentrificação do solo urbano e a destruição dos espaços públicos de manifestação política e convivência na cidade de São Paulo durante a ditadura militar, Eder Sader, ao analisar experiência dos trabalhadores na cidade de São Paulo para reconstruir o solo em que surgiram os movimentos sociais na década de 1970, destaca a importância do direito à cidade na redemocratização, referindo que

É a destruição física de lugares culturalmente significativos como resultado do ritmo avassalador da remodelação urbana: praças e parques, campos de várzea, botequins ou quarteirões inteiros desaparecem, dissolvendo espaços de convivência formados pelos encontros cotidianos na cidade. [...] A própria concepção urbanística que presidiu a remodelagem metropolitana nesses anos expressou a prepotência e o desprezo com que a tecnocracia dirigente tratou a qualidade de vida dos que não tinham automóvel e não viviam nas zonas nobres da cidade (1988, p. 118-119).

Por fim, em relação ao âmbito da institucionalidade do direito à cidade, ainda que alguma forma de institucionalização do direito à cidade pareça desejável (PURCELL 2008), ainda mais quando nos referimos a uma análise no campo jurídico, a “política” do direito à cidade levanta preocupações sobre o que se perdeu do espírito comunitário e ativista da ideia do direito à cidade. Estudos empíricos mostram resistência a algumas das implicações mais radicais do direito à cidade, como aquelas em torno da aprovação de planos urbanos (MARICATO, 2011). Ao mesmo tempo, há evidências de apoio e receptividade entre funcionários públicos e burocratas de rua (BELDA-MIQUEL et al., 2016), ou seja,

aqueles agentes que já desempenham um papel fundamental na execução mais geral da política social. De modo geral, como também sugerido pelo estudo dos direitos humanos nas cidades (GRIGOLO, 2019), a institucionalização tanto possibilita quanto restringe o direito à cidade em um contexto político que tende a favorecer a adaptação do conceito aos imperativos do neoliberalismo.

3. A DIFERENÇA COMO DISCURSO PRAGMÁTICO-INTERVENTIVO, TEÓRICO-CONCEITUAL E DE INSTITUCIONALIZAÇÃO POLÍTICO-JURÍDICA

Com aproximações semelhantes às aqui expostas em relação ao direito à cidade, entendemos o direito à diferença nas perspectivas prático-interventivas (como decorrência da ação de movimentos sociais), teórico-conceituais (pela elaboração de análises e reflexões acadêmicas) e, ainda acrescentaríamos, uma dimensão institucional (como resultado das ações dos poderes públicos na elaboração legislativa e efetivação de políticas públicas no plano administrativo). É por estas três vertentes que trabalharemos uma aproximação entre o direito à cidade e o direito à diferença como condição para pensarmos a efetivação de um direito a uma cidade sensível à diferença.

A inclusão da ideia de diferença em distintas ordens discursivas, assim como a ideia de cidade, existe há muito tempo, ainda que em boa parte da história da humanidade suas mazelas tenham sido invisibilizadas. O que há, nas últimas décadas, em termos de novidade em relação a isso, é um processo de exponencialização discursiva e o caráter libertador que as narrativas sobre a diferença assumiram.

Paralelamente às lutas sociais das minorias e hipossuficientes sociais, nas quais a diferença tem ocupado um lugar destaque, fundamentando demandas por reconhecimento de posições sociais e redistribuição de recursos, surgiu toda uma teorização libertária multifacetada calcada sobre o universo do distinto, do dessemelhante, do estranho, do misto, do variável, do diferente, que assumiu um lugar destacado nos debates contemporâneos: o multiculturalismo, o interculturalismo, o pensamento descolonial, o feminismo, etc, são exemplos disso.

Tanto no território pragmático-interventivo dos movimentos sociais quanto no território teórico-conceitual acadêmico, a ideia de diferença, num primeiro momento, avocou sob o seu teto temático uma multiplicidade de fenômenos que não guardavam em sua materialidade uma aproximação tão grande a ponto de justificar um amálgama conceitual que pudesse dar conta de explicar, de forma tão ampla e uniforme, acontecimentos com fundos causais tão diversos. Há, podemos dizer, em torno da diferença, como que uma tentativa metodológica de sistematização de um conjunto de ações e conhecimentos nominados sob essa designação, a partir de análises de

realidades cuja característica principal é o seu alto grau de clivagem, de fragmentação, e, portanto, desafiador das possibilidades de aglutinação comum sob um mesmo abrigo conceitual-ordenador.

A cultura e as práticas políticas e jurídicas da Modernidade, fundamentalmente europeias, passaram incólumes em seus desideratos de homogeneização e de universalização por praticamente dois séculos. Para tanto, a ficção igualitária cumpriu seu papel quimérico de forma um tanto quanto eficiente. Constitui-se uma espécie de ontologia moral igualitária/majoritária, a partir da qual ordenou-se e normatizou-se o mundo. Mas a partir da década de 1960, com a agudização de lutas políticas por diferentes grupos que compunham as sociedades multifacetadas de países do norte, passaram a ocorrer reações culturais, comportamentais, políticas e filosóficas voltadas a propor noções mais inclusivas e, simultaneamente, respeitadoras da diversidade de concepções alternativas da dignidade humana, que não mais se sustentavam sobre a ideia de Igualdade, mas, pelo contrário, a criticavam a partir de novas visões de mundo, nas quais a diferença passou a ocupar um lugar destacado. Um mundo de certeza aparente deu lugar a um mundo de pluralidade, debate, controvérsia e ambiguidade. Era um mundo em que os comentadores das mais diferentes vertentes políticas se referiam à “bússola” que não estava funcionando, em que cada certeza aparente da sociedade – a família, o trabalho, a nação e mesmo a própria afluência – era questionada (HOBBSAWN, 1994; YOUNG, 2002).

Assim, é inevitável afirmar que a partir da década de 60, inicialmente, sobretudo, nos Estados Unidos, um conjunto altamente heterogêneo de movimentos contestatórios, com um clímax no mítico “68”, empreende o caminho da institucionalização social, acadêmica, política e jurídica. Iguais perante a lei, diferentes enquanto sujeitos históricos, o sujeito vê as diferenças se aguçarem, notadamente no campo econômico, com o desenvolvimento da matriz produtiva capitalista. Com o avanço substancial das democracias constitucionais, que deram visibilidade a uma nova agenda de demandas coletivas de cunho identitário, centradas, contudo, numa espécie de enraizamento do coletivo no individual (FERRY, 2010), esses movimentos sociais ganharam corpo e novas narrativas acadêmicas acentuaram o caráter particular da questão da diferença, levando, no plano institucional à formulação de legislações protetivas, planos políticos e execução de políticas públicas inclusivas.

O que é preciso destacar, com o auxílio de Hobsbawn (1994), dentro do nosso foco de trabalho, é a emergência de um mundo completamente diferente em sua configuração, já não mais homogêneo, mas com uma ampla fragmentação que emergiu, pelo menos em sua visibilidade, também sob a faceta cultural, tanto no plano territorial das cidades, como dos próprios Estados. Começávamos, a partir dos anos 60 do século passado a sair de uma configuração mundial bipolarizada, homogeneizada, para

novas formas de representação muito mais complexas, multifacetadas. Da contestação à homogeneidade emergia a diversidade a partir de um conjunto de movimentos, associações, comunidades e, posteriormente, instituições que confluíram na reivindicação do valor da diferença étnica ou cultural, assim como na luta pela pluralização das sociedades que acolhem essas comunidades ou movimentos (HABERMAS, 1998; VERTOVEC, 1998).

No plano da reflexão filosófica acerca da diferença, podemos distinguir três campos de repercussão: a filosofia do conhecimento/ontologias, a filosofia moral e a sabedoria. Com uma recepção inicial no campo da filosofia do conhecimento, elaborou-se uma espécie de estatuto ontológico da diferença, sendo ela tomada como uma sintaxe que permite perceber e pensar o mundo epocalmente e, a partir desta forma de percepção e compreensão, criar possibilidades de articulações discursivas. Heráclito e Parmênides na Antiguidade; na Modernidade, a sintaxe da diferença permitiu inventar o “niilificar” (Heidegger), a *Distanz* e a “hierarquia” (Nietzsche), o “não? Ser” (Deleuze), a “Diferença” (Derrida), o “Diferendo” (Lyotard).

No âmbito da filosofia moral, concebeu-se a diferença como um princípio determinador de formas de intervenção no mundo (razões práticas políticas, jurídicas etc.). A diferença, assim, em sua totalidade importaria em três questões fundamentais: primeiro, uma forma de ordem do real; segundo, um modo de articulação discursiva, um conjunto de regras estabelecidas, a partir da ordenação do real, para a construção de um discurso sobre o real ordenado, ou seja, uma sintaxe discursiva que pode ser construída sobre os mais diversos enfoques: filosófico, político, jurídico, econômico, sociológico, artístico, literário, com consequentes possibilidades diferenciadas de ação em relação a problemas concretos; e por terceiro, a estruturação de ações interventivas de reconfiguração ética do mundo.

Parafraseando Warat (1992), nesse aspecto da filosofia estamos falando da diferença como elemento moral propulsor de uma cena política para a singularidade: uma dimensão simbólica dos movimentos de afirmação da autonomia individual e coletiva. Sob esta perspectiva a política ficaria (re)caracterizada, a partir da diferença, como o lugar de interpretação e interrogação do modo pelo qual a sociedade se institui. A diferença seria, no plano político, um dos modos nos quais historicamente uma sociedade se interroga sobre suas formas particulares de discriminação do verdadeiro e do falso, do normal e do patológico, do justo e do injusto, do que para ela será lícito ou proibido. Em outras palavras, falar de política neste contexto, desde o lugar moral da diferença, implica situarmo-nos interrogativamente num território que nos permita pensar os modos em que numa sociedade se articularão significativamente o poder, a produção de bens materiais, a lei, o saber e a

personalidade. Observando estas articulações (considerando estes cinco elementos como dimensões simbólicas), e vendo de que maneira elas se realizam, podemos tentar diagnosticar as tendências totalitárias ou democráticas de uma determinada forma de sociedade.

Assim, a democracia, como ordem simbólica, precisa de uma particular forma de articulação dos cinco níveis aludidos, e a diferença é uma dessas constelações significativas articuladoras que se instalou nos vazios deixados pela Igualdade moderna. Essas instâncias necessitam ser relacionadas de forma tal que permitam o desenvolvimento irrestrito da singularidade.

Por fim, numa terceira perspectiva filosófica, remontando aos primeiros tempos da filosofia grega antiga, é preciso utilizar a ideia de diferença para construir possibilidades existenciais de uma vida boa. Aceitar a diferença, de modo a suavizar todas as nossas percepções e sentimentos com o que à primeira vista nos parece estranho, é um bom caminho para uma existência confortável, sem preconceitos ou rancores, raivas ou violências. Aceitar o mundo em suas singularidades desejanças, em todas as possibilidades existenciais daí emergentes, sem pretensões autoritárias e totalizantes, em todos os espaços sociais possíveis, constitui-se num modo de enxergar e compreender o mundo que cria uma tendência a não só estabelecer espaços civilizatórios mais positivos e elevados, mas individualidades com capacidade de aceitação do outro em todas as suas diferenças, não como um contrário, mas como um devir diverso em suas próprias territorializações. Utilizar a diferença sabiamente, não para uma autoagressão, mas para uma constante reconstrução/reinterpretação da vida, tendo ela própria como último elemento de justificação de qualquer ação.

Neste sentido, há, segundo Mafessoli (2003, p. 8), uma grande mudança paradigmática que está operando em nossos dias: um deslizamento de uma concepção de mundo “egocentrada” à outra “locuscentrada”. No primeiro caso - a Modernidade que se acaba -, a primazia é concedida a um indivíduo racional que vive em uma sociedade contratual, ao que acrescentaríamos a sua condição homogênea de indivíduo nacional; no segundo – a pós-Modernidade nascente -, o que está em jogo são grupos, “neotribos” que investem em espaços específicos, de diferença, e se acomodam a eles. Assim, se no drama moderno encontramos a pretensão otimista da totalidade: minha, do mundo, do Estado, no trágico pós-moderno há uma preocupação pela *interidade*, que induz à perda do pequeno eu em um Si mais vasto, e da alteridade, natural ou social.

Se não percebermos essa mudança paradigmática teremos sérias dificuldades para uma vida feliz. Se não absorvemos a passagem de um tempo monocromático, linear, seguro, o do projeto político da igualdade, constitucionalizado dentro de uma macroperspectiva liberal, a um tempo policromático, trágico por excelência, presenteísta e que escapa do utilitarismo do cômputo burguês,

estaremos fadados a um desconforto existencial inevitável. A diferença é o elemento fundamental a ser percebido nessa mudança paradigmática, e perceber e introjetar essa mudança nos possibilita uma recriação temporalizada da vida em novas possibilidades de vida boa.

Por fim, o plano da institucionalização política e jurídica da diferença. A ocorrência dos novos acontecimentos sociais empreendidos sob o signo da diferença não garantiu o êxito na concretização das demandas por eles reivindicadas. Os novos movimentos, que em sua origem visavam à mudança, precisaram alterar sua natureza; necessitaram mudar para poder permanecer. Houve uma necessidade de institucionalização e, com ela, uma inevitável rotinação, burocratização, normatização e, conseqüentemente, a assunção de lugares de poder.

Paralelamente aos processos que materializaram movimentos sociais, a academia, em alguns casos até mesmo se antecipando a eles, constituiu suas formações discursivas teóricas acerca desses fenômenos concretos, contribuindo com seus saberes para a constituição de novos campos de poder, novas territorialidades de atuação de forças sociais. Novos campos teóricos foram construídos em relação à ampla questão sobre o que somos, a partir de um novo fluxo de reflexões estruturadas desde um deslocamento de uma sintaxe da Igualdade para uma sintaxe da diferença. A diferença não em termos biológicos, mas como circunstância, significação e discurso.

Tais dimensões têm sido, até este estágio do desenvolvimento civilizatório, inseparáveis. Não é possível contrapor ou separar movimento, teorização e institucionalização. Eles pertencem, numa mesma totalidade, à história e à vida. Exigem-se e se completam mutuamente.

O que pretendemos argumentar, a partir dessa visão, é que esses movimentos de liberação, que hoje qualificamos como reações e respostas a estados de dominação e violência objetivos, não foram e continuam não sendo suficientes para definir e garantir práticas de liberdade, que serão, em seguida, necessárias para que os seus protagonistas possam consolidar formas existenciais aceitáveis e satisfatórias de configuração igualitária concreta na sociedade política. Pela situação conflituosa, instável, de desequilíbrio em que nascem, os movimentos de liberação têm uma natureza convulsiva que não lhes garante permanência. Aí entra em cena a necessidade de institucionalização, de rotinação, de normatização e de assunção de lugares de poder, além de um suporte argumentativo que somente a teorização pode garantir.

A insistência do argumento reside, sobretudo, na relevância da amalgamação desses três momentos (acontecimento social, teorização acadêmica e institucionalização política e jurídica) para um entendimento mais amplo e sofisticado do acontecimento contemporâneo da diferença. Essa complementaridade foi fundamental para o alcance, pelos grupos minoritários e subjugados, de

estados civilizatórios de conforto existencial. Ou seja, pela relação evolutiva entre caos (movimento) e cosmos (institucionalização), entre lutas sociais como antecedente, teorização acadêmica como mediador e institucionalizações política e jurídica como consequentes, a qualidade de vida dos grupos sociais que criaram essas marchas de reação e resposta a estados de dominação aumentou significativamente, ainda que em muitos casos esteja muito longe do um ponto desejável.

4. DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE O DIREITO À CIDADE E O DIREITO À DIFERENÇA

De um modo geral, a diferença pode ser entendida a partir de narrativas que abordam singularidades sociais tomando em conta elementos de distinção como classe, gênero, sexo, etnia, raça, cidadania e necessidades especiais. Numa perspectiva sociológica, essas diversidades, incluindo as classes, são consideradas como divisões sociais, e como tais, as divisões sociais nunca operam isoladas umas das outras, mas combinam-se para produzir experiências cruzadas, interseccionalizadas de diferença muito particularizadas. Com base nessas premissas, o direito à diferença pode ser compreendido/definido como o direito de grupos sociais e comunidades, caracterizadas por uma ou mais singularidades, a terem suas especificidades existenciais reconhecidas e, em termos de ação pública, plenamente consideradas na definição e implementação de políticas. Reflexões e ações nas quais o ponto central seja a diferença sempre levantam questões de justiça que giram em torno de decisões envolvendo redistribuição de recursos, reconhecimento de identidades, ocupação de posições sociais e representação política. A necessidade de invocarmos um direito à diferença reside em situações sociais negativas nas quais a diferença seja percebida na medida em que emerge de fenômenos de falta de atenção, desprezo, exclusão, em suma, de injustiça, mas também enfatizada como fonte de enriquecimento social e transformação positiva.

Aproximar o direito à diferença ao direito à cidade é uma perspectiva de investigação e intervenção que apresenta uma certa urgência e necessidade em função de ser a cidade um lugar privilegiado de acontecimento da diferença. Nos crescentes processos concomitantes de êxodo rural e urbanização da população global, aliados aos fluxos migratórios cada vez mais intensos, observa-se um fenômeno de diversificação das populações das cidades. As cidades produzem, mas também atraem diferenças, devido às oportunidades que as cidades oferecem a distintos grupos e comunidades. Nas grandes cidades, por exemplo, as comunidades migrantes encontram oportunidades de trabalho em uma variedade de mercados que não raro não são oferecidas em suas terras de origem. As cidades também oferecem às pessoas LGBTQI+ o nível de anonimato e a



possibilidade de experimentar a sexualidade e o gênero que geralmente não estão disponíveis em pequenas cidades.

Paralelamente, quando pensamos na diferença a partir da perspectiva da (re)distribuição de recursos, não há como negar que as desigualdades materiais persistentes nas cidades questionam o poder das diferenças (como divisões sociais) para moldar o espaço material e social da cidade. Na verdade, podemos argumentar que a marginalização, a exclusão e a segregação geradas pela diferença são fenômenos urbanos típicos e que os programas de austeridade estimulados pela (crise do) neoliberalismo sem dúvida contribuíram para sua intensificação. A partir dessas premissas, alcançar o que poderíamos definir como uma “indiferença à diferença” positiva na cidade requer expor as desigualdades urbanas, colocando as diferenças no centro dos processos de reconfiguração e reorganização da cidade, a fim de corrigir as desigualdades urbanas em torno de questões como a classe, gênero, etnia, sexualidade e deficiência.

Este processo, como acentua Grigolo (2019) é principalmente político. Nesse sentido, as cidades não oferecem apenas um espaço para o reconhecimento da diferença em níveis simbólicos e materiais, mas são, também, espaços de organização política e representação de comunidades definidas por diferença(s). A ocorrência da diferença na cidade produz, por um lado, uma mobilização das comunidades que buscam dar voz e representação a sua especificidade existencial e, por outro, uma resposta do Estado, inclusive do Estado local na forma de agências, por meio de diferentes arranjos, políticas e leis que reconhecem e regulam as diferenças.

Uma política da diferença é também uma política de identidade. A cidade tem sido frequentemente o seu palco e as autoridades municipais um dos principais alvos da ação comunitária para o reconhecimento político. Como sugere Isin (2000) ao discutir as cidades globais, elas se tornaram espaços cruciais para a reivindicação de direitos. De forma bastante significativa, mas não surpreendente, grande parte da conversa que ocorre nas cidades em torno dos direitos humanos diz respeito a questões de diferença, discriminação e igualdade (Grigolo, 2019).

A aproximação/inclusão da ideia de diferença no direito à cidade já consta no pensamento de Lefebvre, conforme aponta Goonewardena et al. (2008), mas de formas que, por alguns autores, algumas vezes foram consideradas insuficientes. Uma lente de análise importante para refletir sobre a multiplicidade e ambivalências das relações entre os direitos à cidade e à diferença é o gênero. Por um lado, como acentua Garcia-Chueca (2018), Lefebvre e autores feministas como Doreen Massey criticam tanto o urbanismo racional moderno quanto as formas de ordenar a cidade que marginalizam sujeitos indesejados: as classes mais baixas (empurradas para a periferia da cidade), levando ao

fenômeno da gentrificação, e as mulheres (limitadas ao ambiente do espaço doméstico). Por outro lado, Fenster (2005) observa que Lefebvre entende a diferença como a questão de como as particularidades são forçadas aos padrões impostos pelas categorias dominantes e hegemônicas. A partir disto, destaca Garcia-Chueca (2018) a ausência no trabalho de Lefebvre de uma análise da opressão na esfera privada, onde muitas mulheres continuam a experimentar desigualdades. Fenster (2005) defende, nesta esteira, o direito à cidade de gênero, um direito à cidade em que uma perspectiva feminista é totalmente incorporada ao direito à cidade a fim de “abrir” o direito à cidade à esfera privada.

A tensão entre gênero e direito à cidade não é a única que se pode estabelecer nesta relação. Há outros tensionamentos a serem resolvidos que relacionam a ideia de diferença e o direito à cidade. Nesse sentido, como propõe Grigolo (2019), podemos repensar o direito à cidade pela diferença como o direito a uma cidade diferente: o direito de produzir uma cidade que esteja conectada - tanto em sua representação quanto em sua realidade material - às experiências vividas das diferenças que, porque habitam o “urbano”, ao mesmo tempo moldam e são moldados por ele. No geral, o direito a uma cidade diferente pode ser principalmente o direito de grupos sociais e comunidades definidas pela diferença de tomar decisões sobre e se apropriar do espaço urbano. Neste sentido, Copetti Santos *et. al.* (2015) já apontavam para a premência de equilíbrio entre os diversos grupos componentes da urbe que leva ao conceito de sustentabilidade democrática. Para os autores, uma sustentabilidade democrática pode ser alcançada, fora da centralidade dos poderes públicos, num espaço que podemos denominar como a Cidade Democrática de Direito, onde a participação das minorias possa ser garantida de uma forma mais efetiva e competitiva, e onde seus direitos humanos ligados às suas condições de diversos ou minoritários possam ser materializados de forma mais concreta e substancial. Para isto, é preciso conceber alternativas para que no espaço da cidade a democracia seja exercida de forma distinta à que lhe corresponde no espaço nacional. O âmbito da cidade é o lugar dos rizomas, dos encurtamentos de distância, que na extensão do Estado tornam-se invisíveis e impalpáveis, situação que dificulta enormemente a participação competitiva no jogo democrático, especialmente para os grupos sociais que não seguem as constâncias da maioria.

Outra perspectiva de análise e projeção relevante, que pode indicar caminhos de construção da relação entre direito à cidade e direito à diferença, pode ser novamente buscada em Lefebvre, especialmente no par valor de troca e valor de uso da cidade. No direito a uma cidade diferente, o valor de uso do espaço passa a ser central, em oposição ao valor de troca imposto pela ordem neoliberal em que as cidades são (re)produzidas. O valor de uso dos espaços da cidade permite a

manifestação da diversidade, enquanto o valor de troca imposto pelo capitalismo, pelo mercado, impõem uma homogeneização. O valor de uso potencializa a manifestação da diferença comportamental e cultural. Uma cidade que priorize a diferença deverá ter uma estrutura (recursos e regras) que permitam que diferentes culturas, etnias, gêneros, religiões etc. possam existir segundo suas diversidades. Uma cidade voltada à troca, ao mercado, contrariamente, tornará todos idênticos na busca do lucro. A festa em contraposição ao mercado, esta é a ideia de Lefebvre que devemos tomar seriamente em conta para pensarmos uma cidade diferente, uma cidade onde o direito à cidade permita o exercício do direito à diferença.

Olhando as duas fotos do Centro da cidade de São Paulo constantes no Anexo 1 é possível fazer rapidamente uma afirmação incontestável: a cidade de São Paulo mudou profundamente. Seria inimaginável no começo do século passado uma parada gay ocupando os espaços homogeneizados da cidade. O direito a ocupar a cidade era daqueles que seguiam as constâncias comportamentais e culturais da maioria, eminentemente patriarcal e heterossexual. Entretanto, os avanços que foram construídos em torno ao direito à cidade apontam para uma dinâmica contínua e em constante mudança de diferenciação entre a população da cidade. Como tal, o direito a uma cidade que absorva a ideia de diferença deve ser sensível às características classificadas de gênero, racializadas, sexualizadas e incapacitantes do espaço urbano. O direito a uma cidade sensibilizada pela diferença deve ser receptivo a novas formas emergentes de opressão cultural e econômica vividas por grupos sociais e comunidades definidas por diferenças que podem, a qualquer momento, se tornar socialmente relevantes (por exemplo, migrantes quando discutem questões de nacionalidade e cidadania), e, assim, demandarem proteção e ação públicas. Em consonância com tais pressupostos, o direito a uma cidade sensível à diferença, ao direito à diferença, deve ser melhor entendido como um conceito aberto e dinâmico; como um espaço político de construção discursiva e decisória disponível para diferentes grupos sociais, para que possam criticar a ordem social e material da cidade a fim de promoverem sua reapropriação e transformação ativa do “urbano”.

5. PROJETANDO POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À CIDADE PELA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À DIFERENÇA

Nos tempos recentes, muitos dos problemas e conflitos que afetam as mais distintas comunidades, condensando a ação de movimentos sociais, tais como a injustiça social, a desigualdade, a exclusão, a expropriação, a segregação espacial, todas as formas de discriminação, destruição e



privatização dos bens comuns e degradação ambiental, têm convergido, na busca de soluções, para o abrigo do direito à cidade. O direito à cidade tem sido uma alternativa e uma reivindicação para responder a alguns dos desafios contemporâneos. Oferecer soluções concretas, com grande potencial para a transformação de nossas sociedades, tem sido também uma forma de retribuir, atualizar e defender os direitos humanos e as correspondentes obrigações estatais.

A relação entre direito à cidade e direito à diferença tem uma conexão direta com as afirmações de “não deixar ninguém para trás” (na Agenda 2030) e “não deixar nenhum território para trás” (na Declaração do 9º Fórum Urbano Mundial), pois tais assertivas políticas estão comprometidas com as aspirações das cidades como um lugar para todos, onde são compartilhados direitos universais, valores e objetivos comuns em total comunhão com especificidades culturais e valores locais. As cidades pensadas e projetadas como um lugar para todos devem criar possibilidades políticas para que diferentes necessidades possam ser ouvidas e respostas específicas serem fornecidas.

O direito à cidade nos lembra que uma forte dinâmica local é necessária para atingir os objetivos e diretrizes das agendas nacionais e internacionais no âmbito da cidade. A questão central por trás disto é como os atores locais podem se apropriar dessas causas, gerar novas alianças em uma perspectiva horizontal e estabelecer múltiplas esferas de sinergia do local ao global e vice-versa.

É importante tomar em consideração a necessidade de fortalecer cada vez mais as autoridades locais no tocante à descentralização política e financeira. A cidade como unidade local de governo deve ter potencializada sua autonomia e capacidade institucional de decisão e execução, acesso a recursos públicos e capacidade de gestão de programas e projetos públicos.

Como direito humano coletivo, tal como pensado por Harvey, o direito à cidade contribui para a integração e realização de todos os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, consagrados tanto nos tratados e convenções internacionais de direitos humanos em vigor, quanto no rol de direitos fundamentais positivados nas Constituições nacionais. Ao mesmo tempo, este direito está conectado e contribui para a implementação de outros direitos coletivos.

A efetivação do direito à cidade requer o respeito, proteção e cumprimento de todos os direitos humanos e fundamentais sem exceção, juntamente com os princípios e direitos específicos vinculados ao direito à cidade, tais como: as funções sociais da terra, da propriedade e cidade; a luta contra a discriminação socioespacial; espaços públicos de qualidade; e ligações rurais-urbanas sustentáveis e inclusivas. Nesse sentido, o direito à cidade oferece uma perspectiva de cristalização e efetivação dos direitos humanos e fundamentais no território específico da cidade.



Restringindo de modo mais radical a reflexão ao tema do trabalho, é o preciso pensar que no centro dos processos de delimitação do direito à cidade pela realização do direito à diferença estão ações e mobilizações de grupos e comunidades que, ao fazerem reivindicações com base na diferença e movidas pela diferença, projetam uma visão particular de como a cidade deve ser e de como deve ser usada. A especificação do direito à cidade pelas diversas possibilidades de materialização do direito à diferença implica que os membros de grupos sociais definidos pela diferença passam a exercer o seu direito à apropriação do espaço urbano e a participar no seu uso e gestão. Direitos, direitos humanos, direitos fundamentais fornecem uma linguagem importante para articular a diferença como uma questão de justiça e podem complementar uma abordagem baseada no direito à cidade de várias maneiras.

Assim, um direito à cidade especificado pela incidência do direito à diferença significa garantir cidades:

1. livres de discriminação por motivos sexo, idade, estado de saúde, renda, nacionalidade, origem étnica, status de imigração ou orientação política, religiosa ou sexual;
2. com igualdade de gênero que abranja todos as medidas necessárias para combater discriminação contra mulheres e meninas em todas as suas formas, e onde sejam tomadas todas as medidas apropriadas para garantir o seu pleno desenvolvimento, garantindo igualdade no exercício e realização dos direitos humanos, e uma vida livre de violência. Sob este aspecto, os direitos humanos e fundamentais podem ajudar as mulheres a articular uma resistência à opressão na esfera privada, incluindo a violência, reivindicação que pode se reconsiderar como parte integrante do direito à cidade, na medida em que impede o uso da cidade pelas mulheres e, por isso, seu direito a uma cidade sensível à diferença (com gênero);
3. que integrem as minorias e a diversidade étnica, sexual e cultural, através de uma cidadania inclusiva, através da qual todos habitantes (permanentes ou temporários) possam ser considerados cidadãos e, assim, tratados igualmente em suas diferenças (por exemplo, mulheres, pessoas que vivem em pobreza ou em risco, trabalhadores ambientais, da economia informal, grupos étnicos e religiosos, pessoas LGBTQI+, pessoas com deficiência, crianças, jovens, idosos, migrantes, refugiados, os moradores de rua, as vítimas de violência e povos indígenas);
4. com maior participação política, para que grupos e comunidades definidas pela diferença, a partir do entendimento de que essa experiência deve ser falada e articulada por membros desses grupos e comunidades, incluindo as classes populares, como parte do exercício do

direito a uma cidade sensível à diferença, tenham acesso aos espaços institucionais em que são tomadas decisões que afetam sua experiência e uso da cidade. Neste aspecto, uma cidade sensível à diversidade significa uma cidade com maior participação política dos grupos e comunidades determinados identitariamente pela diferença na definição, execução, acompanhamento e formulação de orçamentos para as políticas públicas e planejamento urbano do território, a fim de reforçar a transparência, eficácia e inclusão da diversidade dos habitantes e suas organizações. Essa substancialização do direito à cidade atravessada pelo direito à diferença implica responsabilidades em todas as esferas de governo e cidadãos para exercer, reivindicar, defender e promover a governança equitativa dentro de um habitat de direitos humanos. Assim, a implementação do direito à cidade requer o fortalecimento da democracia (nos níveis nacional e local) e uma maior descentralização política. Para isso, é necessário garantir que seus habitantes tenham o direito de participar do planejamento e gestão do território;

5. que cumpram suas funções sociais, particularmente: reconhecendo e apoiando os processos de produção social e reconstrução dos espaços urbanos; garantindo acesso equitativo à habitação, bens, serviços e oportunidades urbanas a todos, especialmente para mulheres, grupos e indivíduos marginalizados com necessidades especiais; dando prioridade ao interesse público e social definido coletivamente; garantindo o uso justo e ambientalmente equilibrado de espaços urbanos e rurais; e reconhecendo e apoiando a produção social do habitat humano;
6. com economias diversificadas, que protejam e garantam o acesso a meios de subsistência seguros e trabalho decentes para todos os habitantes, abrindo espaço para outras economias (por exemplo, a economia social e solidária, a economia compartilhada, as cooperativas de produtores), reconhecendo a importância do cuidado doméstico e do trabalho comunitário desenvolvido em grande medida pelas mulheres, e garantindo, assim, o pleno desenvolvimento das mulheres de todas as idades;
7. com espaços públicos e serviços de qualidade que melhorem as interações sociais e a participação política, promovendo expressões socioculturais, abraçando a diversidade e promovendo a coesão social, de forma a priorizar a construção de cidades mais seguras, particularmente para as minorias, e atender às necessidades de seus habitantes, especialmente aquelas relacionadas com os meios de subsistência. Os direitos culturais que permitem a expressão artística também devem ser incluídos aqui. A literatura sobre o direito à cidade fornece exemplos interessantes da centralidade da criatividade na produção do

direito à cidade (Iveson, 2013). A arte desempenha um papel crucial ao dar voz e representar à diferença na conversa sobre a cidade: o espaço urbano constitui a fonte social da arte, bem como a estrutura material sobre e através da qual a expressão artística da diferença é veiculada;

8. com relações urbano-rurais inclusivas e sustentáveis, que beneficiem às pessoas empobrecidas, tanto em áreas rurais como urbanas, garantindo a soberania alimentar e a proteção à biodiversidade, aos habitats naturais e aos ecossistemas de seu meio ambiente.

Para implementar esta simbiose política e jurídica entre direito à cidade e direito à diferença, o poder público deve desempenhar um papel importante na produção de uma cidade diferente pelo reconhecimento e proteção à diferença. Na medida em que as agências estatais sejam próximas e sensibilizadas para a diferença e para as comunidades por ela definidas, embora detenham responsabilidades importantes na área do planejamento e gestão urbana, são também a parte do Estado mais obviamente preocupada e necessariamente envolvida com a construção de uma cidade sensível à diferença. Os municípios podem desempenhar o papel de facilitadores/mediadores, trabalhando para capacitar grupos e comunidades definidas pela diferença a exercer seus direitos e liberdades e para, continuamente, (re)construírem a cidade diferente. Políticas centradas na diferença e seu reconhecimento contribuem para o direito a uma cidade diferente. A linguagem da diversidade e da igualdade há décadas vem sendo desenvolvida e consolidada. Narrativa e políticas antidiscriminatórias podem ajudar a corrigir comportamentos que inibem o uso da cidade por residentes definidos pela diferença.

Nos marcos jurídico-constitucionais de um Estado Democrático de Direito, devemos pensar que para a construção de uma Cidade Democrática de Direito, onde a institucionalização da proteção à diferença já está positivada na Constituição Federal e em várias legislações, a lei e todo o sistema de administração da justiça podem ser aliados preciosos no combate à discriminação nas cidades: de tratados internacionais de direitos humanos, passando pelos sistema positivo de direitos fundamentais, chegando a leis, decretos e regulamentos locais, muitas espécies normativas que convergem e competem por sua própria aplicação na cidade podem ser usadas para corrigir o comportamento discriminatório e, eventualmente, socializar residentes da cidade em condutas não discriminatórias (Grigolo, 2019).

No entanto, realizar o direito a uma política municipal de proteção à diferença com o fim de combate à discriminação não é suficiente. Como acentua Grigolo (2019), as desigualdades estruturais que moldam a experiência urbana de membros de grupos sociais definidos pela diferença devem ser

enfrentadasdas. Destaca este pesquisador que um enfoque na dimensão estrutural da desigualdade interroga a relação ambivalente entre, por um lado, a diferença e, por outro, a ordem neoliberal das cidades em que a diferença é experimentada, imaginada, falada, agida e eventualmente reconhecida. Desfazer essa relação, para Grigolo, costuma ser um exercício difícil, especialmente porque o neoliberalismo cooptou a diferença e as políticas de identidade em estratégias de mercantilização, participando de alguma forma no reconhecimento da diferença e, ao mesmo tempo, explorando-a com fins lucrativos. É neste sentido que ele afirma que se a celebração da diversidade certamente ajudou as pessoas LGBTQI+ a se envolverem positivamente com a cidade, sua associação com as estratégias da cidade para impulsionar a economia local contribuiu para a mercantilização das identidades gays e a despolitização de paradas de orgulho, algo que decepcionou alguns ativistas LGBTQI+. Os migrantes e recém-chegados em geral - essenciais para a promoção de “cidades diversas” - continuam a representar uma fonte útil de mão-de-obra (barata) para as economias locais. Ao mesmo tempo, manter a lucratividade do espaço da cidade implica a securitização do espaço urbano por meio de medidas de lei e ordem que visam particularmente às comunidades marginais de migrantes, incluindo profissionais do sexo (Grigolo 2019).

Na mesma linha, devemos refletir sobre o quanto a “diversidade” urbana pode participar de processos de gentrificação que visam a atrair classes mais ricas e “criativas” para o centro das cidades no lugar das classes mais baixas (Grigolo, 2017). Grande parte da atuação dos movimentos sociais pelo direito à cidade tem envolvido esforços para criar locais culturais alternativos e centros comunitários, bem como ocupação e resistência a projetos de grande escala e lutas contra as diversas formas de gentrificação. As lutas pelo direito à permanência no espaço urbano sempre estiveram relacionadas a questões centrais provocadas pelos programas de revitalização urbana, que cedo ou tarde implicam em processos de gentrificação. Assim sendo, políticas de garantia de ocupação e permanência nos diferentes espaços da cidade, especialmente por minorias e hipossuficientes, devem ser permanentemente implementadas para evitar-se a iníqua distribuição dos territórios pela desterritorialização compulsória de antigos moradores de determinadas zonas da cidade.

A título de fechamento, a simbiose entre direito à cidade e direito à diferença, ou, em outros termos, a substancialização do direito à cidade pelo direito à diferença, não pode ser entendido de forma estática, mas como um dever de difícil concretização a ser sustentado pela ação dos movimentos sociais, pela academia, pela organização política e pela intervenção pública política e jurídica. É uma forma de reivindicação e proteção produzidas coletivamente, por grupos, comunidades e instituições

que convergem, no espaço municipal, a partir de distintas demandas, para diferentes formas de proteção, através de um engajamento com a diferença.

Sobre esta interseção entre esses dois direitos, duas perspectivas abrangentes devem ser tomadas em consideração, tanto para fins de diagnósticos de problemas e conflitos, quanto para os planos decisórios e executivos de ações políticas e jurídicas voltados ao enfrentamento de alguns desafios impostos para a efetivação do direito à cidade, a ser materializado através de múltiplas alternativas para o uso da cidade por todos, em suas diferenças. Por primeiro, ainda que essa simbiose entre estes direitos nos remeta a possibilidades de intervenções diretamente no âmbito da vida urbana, não podemos desprezar os âmbitos estruturais que se constituem e atuam fora da cidade, e que influenciam a percepção e a agência de grupos sociais definidos pela diferença. Políticas públicas que possam vir a dar efetivação ao direito a uma cidade sensível à diferença devem ser implementadas nas escalas em que as questões que afetam grupos e comunidades urbanas acontecem e no âmbito onde as decisões sobre eles são feitas, pois os recursos, competências e habilidades nem sempre estão disponíveis para as comunidades e suas organizações num determinado espaço decisório ou de execução.

Em segundo lugar, o direito a uma cidade sensível à diferença não pode ser efetivado sem que haja um compartilhamento público das diferenças e a transformação das diferenças em um projeto coletivo de e para todos os usuários da cidade. Trata-se, por um lado, de reconhecer que os indivíduos e os grupos sociais estão fragmentados e definidos por mais de uma diferença, por mais de uma identidade. Fenster (2005) aponta, por exemplo, que as mulheres nunca são apenas mulheres e que vivenciam a cidade com base também em sua identidade étnica, nacional e/ou de classe. Ou seja, a mulher, para além de um ser biológico, é um ser construído socialmente, assim como inúmeras outras minorias.

Uma forma sofisticada de perceber a identidade como uma construção social é a sua relação com o corpo e no corpo. O corpo carrega as características biológicas do sujeito. A identidade, por sua vez, é a construção social de sua biografia. De acordo com Eligio Resta (2011; 2008) identidade e corpo são categorias que se avizinham, se aproximam, divergem, mas não se confundem e reclamam, cada uma delas, sua autonomia particular. Como unidade biológica, o corpo é um acontecimento natural que tem seu próprio enredo e escapa do controle. A cor, o gênero, a sexualidade e tantos outros atributos biológicos não são escolhas do sujeito. Como construção discursiva, o corpo se manifesta como local de inúmeras representações, e a sua identidade se apresenta como uma das possibilidades dessa representação. Na identidade, biologia e biografia se inter-relacionam pela elaboração de

sentidos e de uma linguagem específica, codificada, que transforma a objetividade do corpo, sua natureza, em um privilegiado espaço de manifestações autênticas, particulares. Mais do que uma essencialidade, o corpo adquire uma gramática e uma semântica que lhe são próprias e que são resultado e processo de uma determinada forma de construção social. No corpo se instala uma vida social que representa mais do que uma vida biológica. A vida se manifesta no corpo, é corpo. Reclama e constitui uma identidade que garante sua biografia, sua fala e sua particular forma de ser no mundo.

Essas inúmeras representações que se instalam no corpo levam a um necessário caráter intersetorial da experiência urbana, exigindo que a aliança política entre os grupos seja identificada e organizada pela diferença. Dessa forma, o direito a uma cidade sensível à diferença pode refletir a variedade de experiências urbanas da diferença e, eventualmente, os conflitos e tensões entre essas experiências. O direito a uma cidade sensível à diferença requer discussões e negociações entre grupos e comunidades, e a transformação dessas comunidades através do reconhecimento e compartilhamento de (outras) diferenças.

Por fim, para a efetivação do direito a uma cidade sensível à diferença, é fundamental que todos os habitantes da cidade se envolvam cotidianamente com a diferença, mitigando-as pelo seu permanente reconhecimento. Ao transformar as diferenças em um projeto compartilhado para a cidade, o risco de sua compartimentalização deve ser reduzido, assim como o de grupos e comunidades serem individualizados e diferenciadas negativamente com finalidades de exclusão.

6. CONCLUSÃO

Este artigo buscou construir algumas reflexões acerca da relação entre o direito à cidade e o direito à diferença, propondo que o segundo deve servir como uma categoria teórico-conceitual e pragmático-interventiva especificadora, materializadora, substancializadora do primeiro. Esta abordagem, em sua relatividade e parcialidade, foi conduzida pela ideia de que estes dois direitos devem, na medida do possível, serem fundidos simbioticamente para a realização de uma cidade sensível à diferença, na qual as experiências urbanas de grupos sociais e comunidades definidas pela diferença sejam colocadas estrategicamente no centro das políticas voltadas à construção de uma cidade onde a diferença seja amplamente reconhecida e protegida.

Já no escorço teórico-conceitual sobre o direito à cidade, formulado no item inicial do trabalho, é possível observarmos uma aproximação entre o direito à cidade e o direito à diferença tanto na obra germinal de Lefebvre, quanto na importante construção teórica de Harvey sobre o direito à cidade.



Contemporaneamente, esta aproximação tem permitido cada vez mais uma especificação mais minuciosa do direito à cidade através de uma projeção do direito à diferença como possibilidades de habitação do espaço da cidade por todos no exercício de suas diferenças.

A proposta pragmático-interventiva formulada no item final do trabalho tem um estreitamento político-jurídico com as diretrizes da Agenda 2030 e com a Agenda do Direito à Cidade, especialmente nos pontos que se referem à eliminação de discriminações de minorias e hipossuficientes. E para isto, é importantíssimo que nossa compreensão e abordagem da diferença, nos âmbitos social, político e jurídico, devam permanecer abertas às muitas formas em que diferenças estabelecidas e emergentes operam e se cruzam na cidade, pois as minorias e suas diferenças são sempre um devir a ser coletivizado e protegido contra os arroubos autoritários das maiorias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BELDA-MIQUEL, Sergio, BLANES, Jordi Peris and FREDIANI, Alexandre. Institutionalization and Depoliticization of the Right to the City: Changing Scenarios for Radical Social Movements. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 40, n. 2, 2016, pp. 321–339.

BONDUKI, Nabil. **Construindo territórios de utopia: a luta pela gestão popular em projetos habitacionais**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — FAU-USP, São Paulo, 1986.

BRENNER, Neil; ELDEN, Stuart. Henri Lefebvre on state, space, territory. **International Political Sociology**, v. 3, p. 353–77, 2009.

COPETTI SANTOS, André Leonardo; COPETTI SANTOS, Evelyne Freistedt; EDLER, Gabriel Otacílio Bohn. Democracia em cidades multiculturais. Re-significando os sistemas de tomadas de decisão públicas à luz dos direitos humanos das minorias. **Revista de Direito da Cidade**, v. 07, n. 4. Número Especial, 2015, pp.1825-1863.

FENSTER, Tovi. The Right to the Gendered City: Different Formations of Belonging in Everyday Life. **Journal of Gender Studies**, v. 14, n. 3, 2005, pp. 217–231.

FERNANDES, Edésio. Constructing the ‘Right to the City’ in Brazil. **Social & Legal Studies**, v. 16, n. 2, 2007.

FERRY, Luc. **Famílias, amo vocês. Política e vida privada na era da globalização**. Tradução de Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

GARCIA-CHUECA, Eva. Human rights in the city and the right to the city: two different paradigms confronting urbanisation”. In: OOMEN, Barbara; DAVIS, Martha. F.; GRIGOLO, Michele (eds.), *Global*



Urban Justice: The Rise of Human Rights Cities. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, pp. 103–120.

GARCIA-CHUECA, Eva. Henri Lefebvre y el derecho a la ciudad, 2018 (online) [Accessed 08 September 2019] <https://lamaletadeportbou.com/articulos/henri-lefebvre-derecho-la-ciudad/>. GOONEWARDENA, Kaniskha; KIPFER, Stephan, MILGROM, Richard; SCHMID, Christian (eds.). **Space, Difference, Everyday Life: Reading Henri Lefebvre**. New York: Routledge, 2008.

GRIGOLO, Michele. Human Rights and Cities: The Barcelona Office for Non Discrimination and Its Work on Migrants. **The International Journal of Human Rights**, v. 14, n. 6, 2010, pp. 896-914.

GRIGOLO, Michele. Local governments and human rights: some critical reflections. **Columbia Human Rights Law Review**, v. 49, n. 1, 2017, pp. 67–98.

GRIGOLO, Michele. **The Human Rights City: New York, San Francisco, Barcelona**. London, New York: Routledge, 2019.

HABERMAS, Jürgen. Inclusão: integrar ou incorporar? Sobre a relação entre nação, Estado de direito e democracia. **Revista Novos Estudos Cebrap**, n. 52. São Paulo, 1998.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOBBSBAWN, Eric. **The Age of Extremes**. London: Michael Joseph, 1994.

ISIN, Engin. F. Introduction: democracy, citizenship, and the city. In: ISIN, Engin. F. (ed.). **Democracy, Citizenship and the Global City**. London, New York: Routledge, 2000, pp. 1–21.

IVESON, Kurt. Cities within the City: Do-It-Yourself Urbanism and the Right to the City. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 37, n.3, 2013, pp. 941–956.

JACOBI, Pedro. A cidade e os cidadãos. **Lua Nova**, v. 2, n. 4, 1986.

KATZNELSON, Ira. **Marxism and the City**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **Le language et la société**. Paris: Gallimard, 1966.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana do mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **Writings on Cities**. Organização e tradução de Eleonore Kofman e Elizabeth Lebas. Cambridge: Blackwell, 1996.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **The Urban Revolution**. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2003.



MAFESSOLI, Michel. **O instante eterno. O retorno do trágico nas sociedades pós-modernas.** São Paulo: Zouk, 2003.

MARCUSE, PETER. From critical urban theory to the right to the city. **City**, vol. 13, n. 2-3, 2009, pp. 185-197.

MARICATO, Ermínia. Direito à terra ou direito à cidade? **Revista de Cultura Vozes**, v. 89, n. 6, 1985.

MARICATO, E. Os mutirões de São Paulo e reforma urbana — Entrevista. **Revista Proposta FASE**, ano XII, n. 35, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MAYER, Margit. The 'Right to the City' in Urban Social Movements. In: Brenner, Neil; Marcuse, Peter; Mayer, Margit (Org.). **Cities for People, Not for Profit.** Nova York: Routledge, 2012.

MITCHELL, Don. **The Right to the City: Social Justice and the Fight for Public Space.** Nova York: Guilford Press, 2003.

PRIGGE, Walter. Reading The Urban Revolution: Space and representation. In: GOONEWARDENA, Kaniskha; KIPFER, Stephan, MILGROM, Richard; SCHMID, Christian. **Space, Difference, Everyday Life: Reading Henri Lefebvre.** New York: Routledge, 2008, pp. 46–61.

PURCELL, Mark. Excavating Lefebvre: The Right to the City and Its Urban Politics of the Inhabitant. **GeoJournal**, n. 58, 2002.

PURCELL, M. **Recapturing Democracy: Neoliberalization and the Struggle for Alternative Urban Futures.** New York, Abingdon: Routledge, 2008.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Segregação Urbana e Mortalidade em Porto Alegre. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, n. 7, v. 2, p. 143-147, 1986.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHMID, Christian. Henri Lefebvre, the Right to the City, and the New Metropolitan Mainstream. In: BRENNER, Neil; MARCUSE, Peter; MAYER, Margit (Org.). **Cities for People, Not for Profit.** Nova York: Routledge, 2012.

SOJA, Edward. **Seeking Spatial Justice (Globalization and Community).** Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Which Right to Which City? In Defence of Political-Strategic Clarity. **Interface**, v. 2, 2010.

SUGRANYES, Ana; MATHIVET, Charlotte (eds.). **Villes pour toutes et tous: Pour le droit à la ville, propositions et expériences.** Santiago: Habitat International Coalition HIC, 2011.



TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos Estudos**, n. 104, março 2016, pp. 93-109.

VERTOVEC, Steven. Multiculturalisms. In: MARTINIELLO, M. (ed.). **Multicultural Policies and the State: a comparison of Two European Societies**. Utrecht: Utrecht University, p. 25-38, 1998.

WARAT, Luis Alberto. A fantasia jurídica da igualdade: Democracia e direitos humanos numa pragmática da singularidade. **Sequência**, v. 13, n. 24, 1992, pp. 36-54.

WEBER, Max. **The city**. Tradução e ditado para o inglês por Don Martindale e Gertrud Neuwirth. Nova York: The Free Press; Londres: Collier-Macmillan, 1966.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente. Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

Sobre os autores:

André Leonardo Copetti Santos

Pós-Doutorando pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e pela Universidade de Santiago do Chile (USACH). Possui mestrado (1999) e Doutorado (2004) em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e graduação em Direito pela Universidade de Cruz Alta (1988). Atualmente é professor do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIJUI, IJUÍ, RS e do Programa de Pós-Graduação em Direito da URI, Santo Ângelo, RS. Coordenador Executivo do PPGD/URISAN. Editor da Revista Científica Direitos Culturais. Membro fundador da Casa Warat Buenos Aires e da Editora Casa Warat. Livros e artigos publicados nas áreas de direito penal, direito constitucional, teoria do direito e ensino jurídico. Advogado criminalista. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI, Ijuí, RS, Brasil
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5126982210763673> ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1087-1195>
E-mail: andre.leonardo@unijui.edu.br

Doglas Cesar Lucas

Possui graduação em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI (1998), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001), Doutorado em Direito pela UNISINOS (2008) e Pós-Doutorado em Direito pela Università Degli Studi di Roma Tre (2012). É professor dos Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijui e professor no Curso de direito da Faculdade Cnec Santo Ângelo. Professor colaborador no mestrado e doutorado em Direito da URI - Santo Ângelo. Editor-chefe da Revista Direitos Humanos e Democracia (B1). É coordenador da Coleção Direitos Humanos e Democracia, publicada pela editora Unijui. Avaliador do MEC/INEP. Pesquisador do Instituto Jurídico Portucalense, no grupo de pesquisa Dimensions of Human Rights. Pesquisador colaborador do IBEROJUR, onde coordena a área temática de Direitos Humanos. Líder do Grupo de Pesquisa no CNPQ Fundamentação crítica dos direitos humanos. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Filosofia do Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: Direitos humanos, identidade, interculturalidade, desobediência civil, direito de resistência e democracia. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI, Ijuí, RS, Brasil
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1332521470619712> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3703-3052>
E-mail: doglasl@unijui.edu.br

Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.

